



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE (CIRCUITO ESPECIAL)	INFORMAÇÃO N.º: 79/SAE-UIS/2020
	NIPG: 7357/20
	DATA: 2020/08/13

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:

À Reunião
13-08-2020

Manuel Sequeira

CHEFE DE DIVISÃO:

Ao Sr. Carlos Mendes para inserir o assunto na OD da próxima RCM, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara.
13-08-2020

A Chefe de Divisão da DAF

Helena Pola, Dra.

APROVISIONAMENTO	CABIMENTO	COMPROMETA-SE	COMPROMISSO	N.º INTERNO	AUTORIZADO
0102/020210 P - 860 Liliana Codinha 13-08-2020 Liliana O Funcionário		O Presidente da Câmara	O Funcionário		O Presidente da Câmara

INFORMAÇÃO

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

Considerando que o anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 23.º, n.º 2, al. d) atribui às autarquias locais responsabilidades no domínio da educação;

Que o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação vigente, estabelece um conjunto de competências a transferir para os municípios em matéria de educação, entre as quais a Organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares.

Que a al. d), do art.º 36.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro atribui às autarquias locais competência de contratação, gestão e pagamento de serviços de transporte - circuitos especiais.

Importa promover a igualdade de oportunidades de acesso ao ensino, dando condições de garantia que todas as crianças e alunos tenham acesso aos apoios necessários, de modo a concretizarem o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com os responsáveis da Educação, é necessária à aquisição de serviço de táxi, por forma a suprimirmos a necessidade de transporte – Circuito Especial (Famalicão e Serra da Pescaria) de dois alunos da Escola B/S Amadeu Gaudêncio para o ano letivo de 2020/2021.

Fundamentação:

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - LTFP), na redação vigente, dispõe no seu artigo 32.º que podem ser celebrados contratos de tarefa e de avença.

Por sua vez, a Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2020 (Lei n.º 2/2020, de 31 de março, adiante designada por LOE 2020), no seguimento das diretrizes já adotadas nos Orçamentos do Estado dos anos anteriores, manteve algumas medidas com vista a reduzir os encargos do Estado e das entidades públicas em geral.

Entre eles, destacam-se:

1. Não serem ultrapassados os valores pagos, no ano 2019, com os contratos de aquisição de serviços que se venham a celebrar com idêntico objeto e ou contraparte, relevando, para esse efeito, o valor das avenças pagas mensalmente.
Neste âmbito, e uma vez que foi celebrado contrato, no ano 2020, com a mesma contraparte e com o mesmo objeto, os valores pagos (valor/hora) mantêm-se, pelo que se cumprem as normas do Orçamento de Estado.

2. Existir parecer prévio vinculativo sobre a celebração dos contratos de aquisição de serviços.

Será obtido posteriormente à autorização para assunção de encargos plurianuais e previamente à contratação, sendo da competência do Presidente do órgão executivo.

Quanto à plurianualidade dos encargos a assumir com as presentes contratações:

A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA), dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Por sua vez, o artigo 18.º das “Normas de Execução do Orçamento 2020”, aprovadas em sessão da Assembleia Municipal, do dia 22.11.2019, dispõe o seguinte:

Artigo 18.º
Compromissos Plurianuais

1. Considera-se autorizada pela Assembleia Municipal, de forma prévia e genérica, a assunção de compromissos plurianuais efetuados ou a efetuar, desde que inscritos nas Grandes Opções do Plano ou em alterações orçamentais a aprovar pelo Executivo até 31 de dezembro de 2020.
2. Por motivos de simplicidade e celeridade processuais a Assembleia Municipal emite autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:
 - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
3. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem onde constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica.

Pelo que, nos termos do citado normativo, atenta a plurianualidade ínsita à presente contratação, deve solicitar-se autorização à Câmara Municipal para se poderem assumir os compromissos em causa.

Com efeito, e só com essa autorização é que o contrato em questão pode ter efeitos plurianuais e, assim, estenderem-se até ao ano 2021.

Nesse sentido, e por tudo o atrás exposto, solicita-se ao Executivo Municipal que:

1. Decida autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do quadro que se segue, ao abrigo do disposto no artigo 18.º das “Normas de Execução do Orçamento 2020”;

NOME	DURAÇÃO	VALOR PARA 2020	VALOR PARA 2021	VALOR TOTAL
Taxi Laranja Wave	01/09/2020 a 30/06/2021	2.520 €	4360 €	6.880 €

E

2. Decida remeter o presente processo à próxima sessão da Assembleia Municipal, para conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos.

Finalmente, informa-se que, caso a Câmara Municipal autorize a plurianualidade financeira do contrato (ponto 1. anterior), a competência para determinar a consequente abertura do procedimento e a eventual adjudicação pertence ao Presidente da Câmara Municipal – por força do definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos.

TÉCNICO SUPERIOR

13-08-2020
FABIO MARINS



IMPRESSO	PAGINA
2020/08/13	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
10	liliana	2020/08/13	860	2020

DESCRIÇÃO DA DESPESA

79/SAE-UIS/2020 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE (CIRCUITO ESPECIAL) - ASSUNÇÃO DE CONTRATO PLURIANUAL

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: 0830-TRANSPORTES ESCOLARES
ORGÂNICA : 0102 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS
ECONÓMICA: 020210 TRANSPORTES
PLANO :

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
10.279,11
A CABIMENTAR
2.520,00
SALDO APÓS CABIMENTO
7.759,11

EXTENSO

DOIS MIL QUINHENTOS E VINTE EUROS

CABIMENTOS PARA ANOS SEQUINTE

CLASSIFICAÇÃO				PLANO	IMPORTÂNCIAS			
LIN	T. DESPESA	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO T N.º	N + 1	N + 2	N + 3	ANOS SEQUINTE
1	0830	0102	020210		4.360,00			

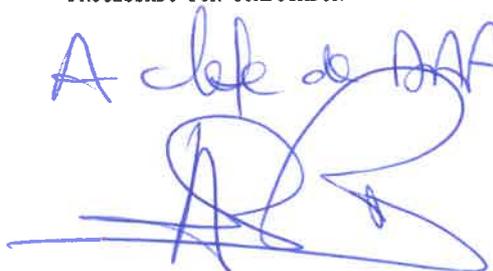
PROPOSTA CABIMENTADA EM 2020/08/13

SERVIÇO REQUISITANTE

AUTORIZAÇÃO

__ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR



LISTAGEM DA CONSULTA DOS FUNDOS DISPONIVEIS

Entidade :	Município da Nazaré
Reporte :	2020/AGOSTO

Data :	13-08-2020
--------	------------

NATUREZA		
Mês		AGOSTO
	Fundos Disponíveis-Atual	2.170.290,99€

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Helena Pola

LISTAGEM DA CONSULTA DOS FUNDOS DISPONIVEIS

Entidade :	Município da Nazaré
Reporte :	2020/AGOSTO

Data :	13-08-2020
--------	------------

NATUREZA		
Mês		AGOSTO
	Fundos Disponíveis-Atual	2.170.290,99€

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



Helena Pola

